

Carmem Maluf

Orientador:
Prof. Dr. Jorge Hajime Oseki

e SPAÇO, TEMPO e LUGAR

070

pós-

RESUMO

O presente artigo explora e discute as características mediadoras dos referenciais: espaço, tempo e lugar, assim como suas influências nos processos de construção social. Aborda a decorrência da relação homem/espaço/tecnologia na conformação da identidade dos espaços de domínio e na caracterização deles, ao mesmo tempo, como herança e patrimônio culturais de seus usuários. Explora também, de forma sucinta, a interferência do modelo capitalista vigente e sua predominância, por intermédio das classes hegemônicas, na definição das estratégias de intervenção, qualificação e apropriação dos espaços. Finalmente, aponta para a possibilidade/necessidade de buscar-se fórmulas não-excludentes para a conformação/requalificação de espaços de plena fruição como instrumentos de redução das diferenças e de reconciliação social.

PALAVRAS-CHAVE

Espaço, lugar, tempo, construção social, contradições do espaço, espaços de consumo, espaços de produção.

RESUMEN

El presente artículo explora y discute las características mediadoras de los referenciales: espacio, tiempo y lugar, bien como sus influencias en los procesos de construcción social. Trata de la influencia de la relación hombre/espacio/tecnología en la conformación de la identidad de los espacios de dominio y en su caracterización, al mismo tiempo como herencia y patrimonio cultural de sus usuarios. También explora brevemente la interferencia del modelo capitalista en vigor y su predominio a través de las clases hegemónicas, en la definición de las estrategias de intervención, calificación y apropiación de los espacios. Finalmente, señala la posibilidad/necesidad de buscar fórmulas no excluyentes para la conformación/recalificación de espacios de fruición plena, como instrumentos de reducción de las diferencias y de reconciliación social.

PALABRAS CLAVE

Espacio, lugar, tiempo, construcción social, contradicciones del espacio, espacios de consumo, espacios de producción.

ABSTRACT

This article investigates and discusses mediator characteristics of space, time, and place references, as well as their influences on social construction processes. It examines the consequences of the man/space/technology relationship in the shaping of the identity of domain spaces and their simultaneous characterization as a cultural inheritance and patrimony of their users. It also briefly explores the interference of the existing capitalist model and its predominance, through hegemonic classes, in the definition of the strategies of intervention, designation, and appropriation of spaces. Finally, it shows the possibility, or need, to look for non-excluding formulas for the shaping and re-designation of spaces, so that they can be used as tools to narrow inequalities and promote social reconciliation.

KEY WORDS

Space, place, time, social construction, contradictions of the space, consumption spaces, production spaces.

“O primeiro homem que, tendo encontrado um pedaço de chão, viu-se dizendo ‘Isto é meu’ e encontrou pessoas simples o bastante para o acreditar, foi o fundador real da sociedade civil. De quantos crimes, guerras e assassinatos, de quantos horrores e infortúnios não poderia alguém livrar o gênero humano, levantando as estacas, ou preenchendo o fosso, e chorando seus companheiros: previna-se de escutar este impostor; você está imperfeito se você esquecer uma vez que os frutos da terra pertencem a todos nós, e a própria terra a ninguém.”

Rousseau (1973, p. 84)

ESPAÇO

O espaço possui contradições engendradas pelas relações sociais que o constroem. Para que se possa compreender, em sua totalidade, o significado de um dado espaço, é preciso, antes, promover-se a decomposição de todos os seus elementos constitutivos e que se apreenda e avalie, isoladamente, todos os conflitos surgidos das relações sociais a ele inerentes.

A expansão e o adensamento urbanos, a necessidade de suprir as deficiências habitacionais, a ampliação das redes de infra-estrutura e a maximização da exploração do campo, determinadas pelas relações sociais de cunho capitalista, estimulam a luta de classes e geram os conflitos alimentados pela busca de privilégios. Como consequência, na exploração social dos espaços, o valor atribuído às relações de troca supera o valor atribuído ao desfrute.

Embora o lazer tenha sido uma conquista da classe operária na forma de um direito atribuído à relação capital-trabalho, acabou apropriado pela classe dominante e explorado em função de sua capacidade de prestar-se à reprodução do modelo capitalista. Os espaços públicos gerados no período industrial (BRESCIANI, 1990, p. 98), que serviam para “serenar” os operários nas horas de ócio, foram substituídos, hoje, por espaços cujos padrões de utilização caracterizam-se mais como produtivos do que improdutivos ou propriamente ligados ao descanso – “espaços de consumo” (campos de futebol, bares, “shoppings”, feiras), a constituírem-se também em espaços de controle. Privilegiam, portanto, o quantitativo em detrimento do qualitativo.

Dessa forma, espaços de consumo (lazer) para uns, constituem-se, simultaneamente, em espaços de produção (trabalho) para outros; nestes últimos,

trabalhadores garantem, aos “usadores” (LEFÈBVRE, 2003, p. 360) dos primeiros, a melhoria da qualidade dos espaços de ócio por meio dos serviços prestados. Assim, os espaços de lazer assumem características físicas próprias dos espaços de produção, pois, para agregarem um maior número de “usadores”, faz-se necessário que se apropriem tanto de sua funcionalidade como de sua racionalidade típicas.

Paradoxalmente, atendendo à necessidade humana por espaços qualificados para proverem momentos de ócio e repouso dentro do sistema de produção, o capitalismo, inspirado nos espaços de puro lazer, cria e investe em espaços multifuncionais de produção de lazer, associados ao desejo e ao prazer: os *shoppings* – mais que espaços de consumo e produção, constituem-se em espaços de reprodução, por se tratarem de modelos pré-formatados de espaços globalizados de consumo.

Por sua vez, as classes média e alta seguem inspirando o desejo das classes subalternas e atraindo todos para as “novas praças de lazer”. Assim, o espaço é, também, transformado em bem de consumo, em “espaço de consumo”.

Todavia, nem todos os espaços de consumo são semelhantes, exclusivamente qualitativos ou igualmente valorados. O espaço destinado ao consumo produtivo (como espaço para os automóveis) recebe subsídios para sua produção e manutenção, enquanto aos espaços destinados ao consumo não-produtivo (lúdico), mesmo em se tratando de espaços socialmente adequados, já não correspondem formas sistematizadas de manutenção. É essa diferença de valores que atribui mais importância relativa à quantificação do sistema viário e faz com que este avance, inexoravelmente, sobre as áreas verdes urbanas. Isso torna evidente a supremacia dos utilizadores (capitalistas) sobre os “usadores” (comunidade) e explica a preferência pelo financiamento dos espaços produtivos em detrimento dos espaços de puro lazer ou ócio. Assim, o capitalismo e a indústria são os verdadeiros padrinhos dos espaços de consumo produtivo, a ocorrem sempre em maior quantidade e melhor equipados do que os “parques públicos” constituídos por espaços não-produtivos, mais livres, mais acessíveis e de desfrute natural.

Os chamados “parques temáticos”, com características e dimensões mais próximas dos antigos parques públicos, também se configuram basicamente como espaços de produção de lazer. Extremamente artificiais, são “... *cercados pelo não reprodutível: a natureza, o sítio, o local, o regional, o nacional e, até mesmo, o mundial*”; desconsideram, no entanto, as qualidades e as características do entorno (LEFÈBVRE, 1974, p. 3).

Os parques públicos e as praças que constituem os chamados espaços de consumo não-produtivos e, pelos quais, ninguém paga pelo uso, possui poucos investidores e não atraem o interesse do capital especulativo, salvo quando se trata da valorização dos terrenos contíguos. Na lógica do capitalismo liberal, o Estado Mínimo, cronicamente sem capacidade para investimentos e custeio, limita-se a promover a inserção de pequenas áreas verdes, muitas vezes, “sobras” (MACEDO, 1986, p. 106) de um desenho urbano casual, ou a delimitação de parques urbanos, geralmente de vegetação nativa, que exigem menor investimento de implantação e manutenção e, por isso, cada vez mais seguem desprovidos de um mínimo de infra-estrutura (SPIRN, 1995, p. 214).

No litoral, os espaços livres (praias), por suas próprias características naturais, tendem a ganhar, tanto em dimensão como em uso, dos espaços clássicos de consumo produtivo (*shopping*). Infelizmente, nas últimas décadas, as cidades do litoral vêm, aceleradamente, aderindo ao modelo capitalista vigente de ocupação espacial, investindo no comércio sazonal e promovendo ou permitindo, equivocadamente, o adensamento das edificações em toda a área da orla marítima.

Percebe-se, porém, ainda que de forma tímida e imprecisa, indícios de uma mudança de valores induzida pelo surgimento de uma “nova consciência” a qual vem ganhando expressão em uma pequena parte da população. Assim, os valores ligados à qualidade e ao desfrute do espaço tendem a recuperar-se e ganhar terreno diante dos valores ligados à quantidade e às trocas a ele relacionadas. Estes últimos fundados, exclusivamente, na exploração produtiva e na geração de lucro. Embora se saiba que a busca por espaços ao ar livre, naturais e ecológicos, amplia o mercado do turismo que, ao fim e ao cabo, acaba por abrir novas fronteiras de “exploração” da natureza pura, ainda sob a égide do modelo capitalista. Essas novas inserções do mercado são representadas pelos passeios monitorados pelas pousadas e hospedagens em ambientes naturais, envolvendo infra-estrutura de alimentação (também natural), meios ecológicos de transporte e cultura ecológica. A venda, nesse tipo de espaço, refere-se aos produtos e serviços que sustentam o desejo e está, quase sempre, aliada a um apelo maior à sensualidade, à cultura do corpo e, por isso, ao prazer (LEFÈBVRE, 1974, p. 2). A esse tipo de apropriação e uso do espaço estão ligados, em sua maioria, consumidores com melhor padrão cultural e maior poder aquisitivo.

De outra parte, os espaços de trabalho tendem, cada vez mais, a aproximarem-se e confundirem-se com os espaços de lazer, diminuindo a distância entre o labor e o ócio pela aproximação ou o consorciamento racional das características de um e de outro. Nesse tipo de apropriação do espaço, é comum seus usuários exercerem, simultaneamente, suas atividades sociais, mentais, intelectuais e laborais, e experimentarem nelas um momento de prazer e de lazer. Diante desse fenômeno social, cujas raízes se ligam também à utilização racional do tempo, o espaço assume características multifuncionais. Como resultado desse padrão, a arquitetura de edifícios comerciais e de escritórios, academias, *shopping centers*, bares, restaurantes e até escolas, está, também, cada vez mais parecida. A “globalização das aparências” nos espaços de produção, à semelhança dos de consumo, proporciona aos seus usuários uma maior sensação de prazer e de bem-estar, mesmo nas práticas de produção. Essa possibilidade transforma, cada vez mais, trabalhadores em “viciados em trabalho”, pois encontram nele uma forma de exacerbação do prazer.

O papel/função dos espaços evoluiu com a sociedade. Sob pressões internas e externas, foram adaptando-se às novas exigências e concepções à medida que, concomitantemente, novas práticas sociais e novos modos de vida também foram sendo reordenados e acomodados. Diversificáveis e diversificados, os espaços representam e contemplam as mais diferentes atividades. São reativos à nova ordem quando se trata de buscar racionalidade interna e ágeis para se adaptarem às exigências do sistema capitalista. Expandiram-se geografica e virtualmente: primeiro, com as expedições exploratórias, e depois com a evolução tecnológica.

O advento e a disseminação das novas tecnologias informacionais (TICs) levaram à flexibilização do conceito de “limites”. O espaço produtivo se desvinculou das delimitações tradicionalmente inerentes à concepção concreta de *locus*, extrapolando para os chamados ambientes virtuais que, por sua vez, permitiram a transposição do labor para os domicílios. Concomitantemente, amplia-se o conceito de espaço de produção ao se agregar, como “vantagens”: a segurança, o conforto, a praticidade e a racionalização do tempo, proporcionados pelos espaços virtuais de produção e, com eles, uma nova sensação de prazer do homem perante sua atividade profissional. Altera-se a relação entre o “espaço do ócio” antes, quase exclusivamente relacionado ao período de descanso do trabalhador, o qual passa a funcionar também como “espaço do negócio”.

Conseqüentemente, modificam-se, também, os espaços das habitações contemporâneas que passam a incorporar, em suas plantas, os novos “espaços de trabalho”.

Essa nova realidade gera impactos sobre o comportamento do trabalhador diante dos usos/desfrutos dos espaços públicos. Da mesma forma que podem contribuir para a melhoria na qualidade de vida do trabalhador, a agregação do espaço produtivo ao espaço doméstico pode isolá-lo da convivência cotidiana com os espaços livres, esta última eliminada em função do não-deslocamento casa-trabalho-casa.

TEMPO E LUGAR

“Como espaço e tempo, o lugar é uma construção social.”

Harvey (2000, p. 293)

A compreensão dos conceitos de tempo e lugar é fundamental para que se possa perceber e entender a evolução do espaço nos dois últimos séculos.

A qualidade ou atributos do espaço é conferida/percebida pelas diferentes possibilidades de fruição que ele proporciona aos seus usuários. Seja para o ócio ou para o trabalho, a fruição depende do “tempo” que o usuário dispõe ou dedica para usufruir as qualidades ou atributos do espaço. Sem o tempo para se “relacionar” com o espaço, não ocorre o uso.

Como “tempo” e “fruição” são interdependentes e, considerando que a disponibilidade de tempo varia de acordo com os padrões socioculturais e econômicos dos indivíduos, o espaço, ainda que destinado ao uso livre e público, assume características excludentes de usabilidade. Logo, apesar de o espaço ter sua importância e qualidade relacionadas aos seus atributos, seu “valor” vai depender da possibilidade que cada indivíduo tenha para usufruí-lo.

Segundo Harvey, “lugar” é o espaço no qual as coisas acontecem. É onde, por gerações, realizam-se as ações políticas e as relações sociais. É o espaço específico do protagonismo humano: lugar onde se mora, constitui-se família e amizades, onde se trabalha. Lugar de símbolos, referências internas e externas, afetos, arte, significados, raízes. É onde se vive, onde o homem se exerce.

O lugar é físico; possui materialidade e características concretas: forma, cheiro, cor e ambiência, limites e temporalidades. É, também, uma construção social. O homem cria vínculos ao lugar com o qual estabelece suas referências e cria sua identidade, história e memória. Se o espaço é comum, o lugar é pessoal.

O lugar, porém, não é imune às práticas de dominação e controle impostas pela sociedade aos espaços comuns. Ao incorporar as influências decorrentes de processos sociais, econômicos e políticos diferentes, o “lugar” é capaz de, ao mesmo tempo, identificar-se e servir de referência tanto às individualidades como à coletividade a ele relacionadas. *“... nossos habitats também incluem nossas próprias comunidades e os complexos econômicos dos quais elas dependem.”* (JACOB, 2001, p. 157) Mesmo os fenômenos biológicos que interagem com sua base física influenciam todos os aspectos de seu processo de transformação e adaptação social e ambiental.

Dentro de um horizonte temporal e prenes de suas características físicas, os lugares são espaços que abrigam “valores” com os quais nos identificamos individual e coletivamente e aos quais emprestamos lealdade (o lar, a pátria). Semente e razão das transformações sociais, essa lógica de espacialidade é capaz de produzir *“... idéias radicalmente diferentes sobre espaço e tempo, conceitos fundamentais para tudo o que pensamos e fazemos”* (HARVEY, 2000, p. 207).

Pode-se, portanto, afirmar que “lugar” é uma construção social a qual decorre da ação humana sobre o espaço durante um determinado tempo. À coletividade cabe garantir a permanência do lugar no tempo histórico e sua conectividade com o resto do mundo. Manter as referências histórico-geográficas contribui para a manutenção da identidade do lugar e de nossa própria. Essa compreensão garante a lucidez nos processos sociais, culturais e estéticos, e na fixação de nossos valores.

CONSTRUÇÕES SOCIAIS

“... o espaço social, quando está inserido em uma órbita de uma determinada formação social, pode começar a assumir definições e significados novos. Isto acontece porque a constituição social de espaço-temporalidade não pode ser divorciada da criação do valor ou, neste caso, dos discursos, relação de poder, memória, instituições e as formas tangíveis de práticas materiais pelas quais as sociedades humanas se perpetuam. As interligações estão lá, sempre sendo observadas.”

Harvey (2000, p. 231)

O homem age no lugar, no espaço, durante um tempo, modificando-o. À materialização da ação do homem decorrida no tempo, sobre o espaço, chamamos de “construção social”. Uma vez compreendidos, em sua essência, os conceitos de espaço, tempo e lugar, percebe-se sua inerência e indissociação dos processos de reprodução social.

Em determinado momento, a distância representou um fator de divisão e o tempo um fator de mediação entre as relações sociais as quais, com a generalização do uso da maquinaria, alterou-se, na medida em que a relação espaço-tempo acarretou, nos meios de transporte, a diminuição do tempo necessário para superar distâncias; nos meios de produção, o aumento da velocidade dos sistemas e mecanismos – ambos responsáveis pela alteração das relações comerciais e pela abertura de novas possibilidades para as relações sociais.

Ciências como a física, a biologia, a geologia, a ecologia, a sociologia e a tecnologia da informação, entre outras, em constantes avanços, têm permitido decifrar e intervir, cada vez mais rapidamente, nos fenômenos envolvidos nos processos de transformação e construção do espaço, permitindo à sociedade planejar e escolher, conscientemente, por quais caminhos seguir.

Com a revolução informacional, os fluxos parecem ter se desmaterializado, tal como ocorreu com os meios de comunicação. As decisões passaram a demandar curtíssimo espaço de tempo, gerando a redução drástica das barreiras-espaço temporais e, conseqüentemente, a modificação das práticas político-econômicas.

Em decorrência da nova configuração do mercado financeiro internacional, um novo estilo globalizado de vida surgiu. Uma nova geografia foi criada: barreiras e distâncias foram sendo eliminadas unindo, no tempo, todos os espaços. O consumo passou a ocorrer de forma globalizada, alterando a geografia do produto e do capital. As relações sociais, comerciais e financeiras de acumulação de capital foram potencializadas. Essa revolução representou, no processo de mutação espaço-temporal, a mais transformadora e mais rápida de todas as revoluções, alterando a produção, o consumo, a urbanização e, inclusive, os alicerces do próprio capitalismo que, segundo Lefèbvre (1974), sobreviveu graças às novas relações espaço-temporais estabelecidas pela economia global. “... o sistema espaço-tempo construído pelas atividades do capital financeiro contemporâneo é caracterizado pela agilidade da movimentação do produto” (HARVEY, 2000, p. 296). Assim o ciberespaço, virtual, ganha materialidade própria nas relações sociais, econômicas e políticas. Nesse sentido, os conceitos fundamentais de espaço e tempo, aqui discutidos também, sofreram influências e ajustes para se adaptarem às novas tecnologias demandadas pelo sistema.

Em cada sociedade, os espaços, ora relativos, ora absolutos, descrevem e acolhem os modos de vida, suas relações sociais, familiares, políticas e comerciais, assim como seus conflitos. Sofrem influências das revoluções tecnológicas e, em função delas, são constantemente requalificados. Assim também as hierarquias sociais e de trabalho, as relações de gênero e os modos de expropriação e exclusão social podem ser reproduzidos, reconhecidos e identificados pela hierarquia dos espaços.

Longe de configurar-se como um exemplo de desenvolvimento, o capitalismo herdado do pós-modernismo manteve as grandes contradições referentes à justiça social. Na mesma proporção em que as distâncias foram banidas, as diferenças sociais foram potencializadas e as diferenças do espaço e no espaço vêm sendo reproduzidas pela manutenção das desigualdades.

PARADOXOS E CONTRADIÇÕES

“... se as concepções de espaço e tempo; de natureza e ambiente; de lugar e justiça, diferem entre e dentro de distintas formações sociais e configurações culturais, então é preciso, de algum modo, interpretar tanto como as diferenças em linguagens e significados surgem e que definição deve ser presa à existência e perpetuação de significados distintos.”

Harvey (2000, p. 84)

O espaço ocorre por si, independentemente das reflexões humanas inerentes às ações sociais que o impactam? Se a produção do espaço é uma construção social e, assim como a cultura e a linguagem, tem características e conceitos próprios à sociedade que os produz, como é possível entender e criar um não-espaço? A linguagem é preponderante à compreensão do espaço ou ao seu desenvolvimento? Seriam os conceitos de espaço, tempo e lugar aqui debatidos, universais? Ou estaria reservada às classes hegemônicas a prerrogativa de formular as intervenções e decidir em caráter final sobre o desenvolvimento social do espaço?

Quais os fatores que interferem negativamente no sentido de impedir a construção de um espaço mais democrático e socialmente justo?

Dois fatores interferem negativamente nesta proposição: O primeiro fator aponta para quais anseios ou ideologias da classe operária deveriam ser apropriados pelos discursos e implementados pelos meios de comunicação. O ideal da classe trabalhadora norteia-se por aquele da classe dominante, plagiando-o; *“... inabilidade dos movimentos tradicionais dos trabalhadores em fomentar uma mudança radical”* (HARVEY, 2000, p. 100).

O segundo fator diz respeito aos próprios meios de comunicação, instrumentos da classe dominante que inserem, nos lares dos trabalhadores, os ideais a perpetuarem as práticas e os interesses capitalistas; *“... a classe trabalhadora se tornou nada além de um apêndice de acumulação capitalista em sua cultura, suas políticas e sua subjetividade”* (HARVEY, 2000, p. 100).

Caberia aos discursos capazes de permear culturas diversas a possibilidade da construção de um pensamento global sobre espaço, tempo e lugar. A comunicação, mediada pelo desenvolvimento tecnológico, agiria como instrumento facilitador, capaz de interagir entre esses discursos e as práticas espaço-temporais, proporcionando linhas de transformação do espaço de produção, exclusivamente capitalista, em favor de espaços de consumo não-produtivo, possibilitando a inclusão da classe trabalhadora.

O momento de reversibilidade desse processo deve ser percebido pela conscientização da sociedade, principalmente da classe espacialmente excluída. As correções a essas contradições estão disponíveis no próprio espaço e possíveis *“antes que a instabilidade se torne irreversível ou terminal”* (JACOBS, 2001, p. 108).

Porém, o discurso, se não assimilado pela classe dominada, não representa um instrumento de libertação e transformação do espaço. A idéia de o desejo da “periferia” poder ser ouvido e tornar-se *“relevante para a luta política contra a*

dominação capitalista” (HARVEY, 2000, p. 110) não passa, na prática, de um pensamento paternalista de emancipação.

O problema, então, não é apenas lingüístico. As suas razões não estão apenas no discurso, mas nas relações sociais nas quais se interiorizam todas as demais relações particularizadas, inclusive as de valoração.

São as contradições entre as relações sociais de produção e de propriedade, entre o domínio dos instrumentos de produção e das forças produtivas, que inserem as diferenças e as contradições no espaço produzido e em seu consumo improdutivo. Nesse caso, inclui-se o espaço (global) como um instrumento de produção e suas qualidades, como produto; pois, na medida em que as classes subalternas não têm o domínio dos instrumentos de produção (incluindo os espaços), não conseguem ter acesso à qualidade e, tampouco, ao tempo para usufruí-la.

Nos processos de ocupação urbana, a propriedade do espaço, à qual a classe menos favorecida tem acesso apenas pela compra de pequenos lotes, não significa nem garante a possibilidade de acesso ao espaço de qualidade da “urbe”, uma vez que eles representam tão-somente um fragmento pouco qualificado e incapaz de proporcionar a plena fruição do espaço global concebido sob controle do Estado e das forças produtivas hegemônicas. É, sobretudo, um espaço dominado; produzido e apropriado pelas classes dominantes.

Antropólogos contemporâneos afirmam: *“sociedades diferentes (com habilidades culturais e intelectuais diferentes) produzem, qualitativamente, concepções diferentes de espaço e tempo.”* (HARVEY, 2000, p. 210)

A elite e a classe média têm, na produção do espaço pelo Estado, a garantia da manutenção de seu modelo de vida (reprodução das desigualdades), a valorização de seus imóveis, a organização de seus lugares, a sustentação de sua riqueza, a segurança no planejamento espacial de seus fluxos e de sua produção. A prática do Estado ratifica o equilíbrio de forças estabelecido pela estratificação das classes.

Dissociadas das práticas sociais, novas formas de representação desse espaço exibem e regulam a ordem social. Instrumentos capazes de reunir informações sobre os lugares permitem entender o espaço global e transformam-se em ferramentas políticas de controle e planejamento estatal.

ESPAÇOS DE DOMÍNIO

“... Assim como no domínio das indústrias petrolíferas e automotivas, a produção dos espaços periféricos dominados constitui-se também na produção de espaços produtivos marginais (do tráfico, da criminalidade), tão economicamente viáveis quanto aqueles dos sistemas vários descritos.”
Goodman apud Lefèbvre (1974, p. 20)

Não menos atraente, o urbanismo espontâneo (ou selvagem) resulta em um espaço que seduz e, ao mesmo tempo, causa repulsa e passa uma sensação de instabilidade e desequilíbrio ao observador menos atento. Porém, a plena apropriação do espaço local pelo grupo que o habita é capaz de produzir formas

específicas e peculiares de organização e de representação de valores a resultarem na formação de um conjunto estável de espaços locais de domínio próprio.

Configuram-se em territórios, espaços de duplicidade de controle, nos quais o Estado e o “poder local” agem *“segundo as intenções do capital”*, e, embora nos pareçam um espaço produzido segundo os interesses dos usuários, trata-se de *“um espaço ‘fora’ das relações e avaliações sociais hegemônicas”*. Os costumes e a legislação, até então vigentes nos espaços mais qualificados, relativizam-se dando lugar à subversão dos valores estabelecidos. O Estado, por força das circunstâncias, tende a perder sua hegemonia para o poder local. Nesse caos urbano, a construção dos espaços tende a negar o sistema e estabelecer domínios territoriais sobre exclusivo controle local que passa a promover a exclusão de sinal trocado. *“De fato se produz um círculo vicioso, mas invasor e portador de interesses econômicos dominantes.”* (LEFÈBVRE, 1974, p. 20).

Na periferia, sobretudo das megalópoles, o domínio dos espaços livres, de consumo, também são disputados por se caracterizarem como “espaços de controle” e de manutenção de domínio pelas diferentes facções de poder locais. Representam espaços de reflexão, reunião e organização e, portanto, de subversão; ameaçam a manutenção do sistema. *“[...] as contradições do espaço exprimem os interesses dos conflitos e das forças sócio-políticas; mas esses conflitos têm efeito e lugar apenas no espaço, tornando-se, contradições do espaços.”* (LEFÈBVRE, 1974, p. 12)

O espaço-território, central ou periférico, contraditórios entre si, detêm sua ordem segundo as estruturas de poder (estatal ou locais), responsáveis por sua organização e pela valorização do lugar.

Espaços dominantes e dominados resultam de uma relação entre grupos (classes) dominantes e dominados. O desejável seria que o espaço pudesse ser igualmente apropriado pelas diferentes forças sociais e desfrutado como um instrumento de libertação, e não usado como instrumento de dominação e de reprodução das desigualdades.

“A oposição entre o apropriado e o dominado torna-se, neste grau, contradição dialética. A apropriação do espaço, o desenvolvimento do urbano, a metamorfose do cotidiano como superação da separação conflitual ‘cidade/campo’ entram em conflito com o Estado e a Política.” (LEFÈBVRE, 1974, p. 31)

Impossível construir espaços livres dentro de políticas estratégicas, pois estas presumem uma pré-definição de usos no espaço. O “espaço apropriado” tem sempre como antítese às relações de produção e de propriedade (troca) a ele inerentes o espaço do ócio, ou *“o espaço de liberdade fora do controle social que Foucault chama heterotopia”* (HARVEY, 2000, p. 230).

○ REDESENHO DO ESPAÇO POLÍTICO

Para Jacobs (2001, p. 98), três processos regem as relações econômicas de sucesso, assim como a natureza: *“desenvolvimento e co-desenvolvimento através de diferenciações e suas combinações; expansão através de usos diversos e múltiplos de energia; e auto manutenção através de auto-reabastecimento.”*

O uso político do espaço, além do econômico, qualifica-o na medida em que lhe confere funções, estratégias e recursos.

As mobilizações sociais conscientes, políticas e engajadas, apresentam-se como uma das saídas para a mudança das relações de produção e sua influência sobre a produção do espaço, tornando possível a criação de espaços heterogêneos, incluídos e de qualidade. Enfim, espaços de cidadania que sejam, igualmente, de produção e consumo (não-produtivo). Espaços realmente públicos e livres, sem funções definidas ou específicas. Espaços de convivência que facultem o encontro e não o controle ou a exploração.

Ao compreendermos o espaço como “universal” e eliminarmos os limites do domínio de classes sobre o espaço coletivo, estabelecendo novos critérios para a ocupação do solo e para a estruturação das cidades, seremos capazes de superar as relações sociotemporais que distinguem espaços de consumo produtivo dos espaços de consumo não-produtivo e, graças a esse conceito de espacialidade, promover a atenuação de parte das contradições existentes na humanidade. Para isso, as forças de produção deverão se organizar na busca da qualificação dos espaços, abandonando a busca pelo quantitativo, estruturando-o como espaço cidadão e preparando-o para novas ações.

Todo esse processo é totalmente dinâmico, não sendo possível nem desejável encontrar-se e implantar-se um modelo “ideal” e “imutável” de espaço. O espaço resulta das relações sociais que são ativas por excelência e têm, no próprio espaço, o local de sua manifestação.

A CIÊNCIA DO ESPAÇO

“A este título, a ciência do espaço se aproximaria da materialidade, da qualidade sensível, da naturalidade, mas enfatizando a natureza segunda: a cidade, o urbano, a energética social.”

(LEFÉBVRE, 1974, p. 15)

A exposição do espaço deve se constituir em uma ciência que permita abordar as relações sociais, econômicas e políticas, e o uso do solo (urbano ou rural), indo além do conceito de ambiente: a “ciência do espaço social”.

Essa ciência possibilita a definição de novas linhas de reflexão, em que o uso, suplantando a troca, definiria outros modelos de gestão sobre o solo. Mas é preciso ficar claro que o uso é o responsável pela alteração das relações sociais, econômicas e políticas, enquanto a apropriação do espaço seria apenas sua consequência.

Ter-se-ia também como efeitos a mudança da morfologia, que deixaria à mostra as novas relações inseridas no espaço. O desenho do solo não é, pois, o responsável, mas o resultado de mudanças iniciadas muito antes, no interior da sociedade.

O arquiteto surge como agente instrumentalizador desse espaço por sua capacidade de compreensão espacial, mais que de representação projetual. É, antes de um agente modificador, um leitor da sociedade em que vive, o qual, percebendo sua transformação latente, é capaz de projetá-la dentro de sua própria vida.

O arquiteto concebe a parte e o instante por uma perspectiva imóvel; recorta o espaço, delimitando-o pelo campo de visão do observador. Seu próprio campo de trabalho consiste, muitas vezes, em um espaço recortado, o lote, no qual aplica novamente a partição pela definição da funcionalidade e da racionalidade das construções, reforçando o fragmento do espaço vivido.

Mas, capaz de entender o todo, o espaço do arquiteto é concebido: mediação para o real.

Sozinho, não se configura como instrumento apto a alterar ou dirimir as contradições do espaço inerentes às relações sociais em vigor. Apesar disso, ao planejar, tenta dotar de um aspecto de coerência as contradições existentes no espaço.

BIBLIOGRAFIA

BRESCIANI, M. S. M. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HARVEY, D. *Justice, nature & the geography of difference*. USA: Blakwell Publishers Inc., 2000.

JACOBS, Jane. *A natureza das economias*. São Paulo: Beca Produções, 2001.

LEFÈBVRE, H. *A produção do espaço*. São Paulo: [s.n.], 2003.

_____. *The survival of capitalism*. Londres: [s.n.], 1974.

MACEDO, S. S. *Os espaços livres de edificação e o desenho da paisagem urbana*. In: SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL, 2., 1986, Brasília. *Anais...* Brasília: CNPq/Finep/PINI, 1986.

SPIRN, A. W. *O jardim de granito: A natureza no desenho da cidade*. São Paulo: Edusp, 1995.

Carmem Maluf

Arquiteta pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Farias Brito – FAUFB e doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP. Professora titular e diretora do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade de Uberaba. Pesquisadora do Grupo de Estudos do Ambiente Construído – GEAC. Professora do curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Ambiental, na Universidade de Uberaba.

Rua Martin Francisco, 285. Bairro Estados Unidos

38015-130 – Uberaba/ - MG

e-mail: carmem.maluf@militancia.com.br, carmem.maluf@uniube.br